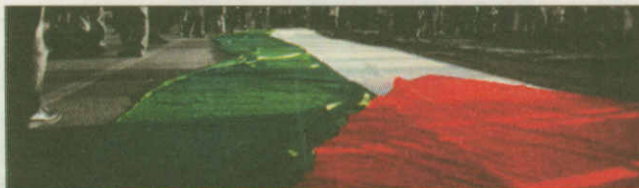
Opinião Socialista

Ano XII - Edição 338 - Colaboração: R$ 2 - De 15 a 21/05/2008 - www.pstu.org.br

A JUSTIÇA TEM LADO

Casos como de Isabella e da freira Dorothy Stang mostram que a justiça está ao lado dos que têm dinheiro

GRAU DE INVESTIMENTO OU DE SUBORDINAÇÃO?

Página 4

CORREIO INTERNACIONAL: OS 60 ANOS DO ESTADO ISRAEL

Páginas 9, 10 e 11

GOVERNO SERRA DEMITE DIRIGENTE DA CONLUTAS

Página 12

ATAQUE – O deputado federal Luiz Bassuma (PT-BA) é co-autor de um Projeto de Lei que propõe a retirada do direito ao abortamento seguro, mesmo em caso de estupro.

SEM GRAVIDADES – Para Lula não é tão grave assim a alta dos preços dos alimentos. "Temos um problema que não acho grave, que é a subida dos alimentos", disse.

FLORESTA ZERO

Um projeto com o sugestivo nome "Floresta Zero", está sendo discutindo na Câmara dos Deputados. O projeto de e de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e foi elaborado com o objetivo de reduzir a área de reserva legal florestal da Amazônia para viabilizar o plantio de eucalipto. De acordo com a legislação atual, um proprietário de terras na Amazônia só pode desmatar 20% de seu lote, já de acordo com o "Floresta Zero", a área desmatada permitida aumenta para 50% do lote. Caso o dono da terra ultrapasse este limite, o mesmo pode compensar o dano plantando árvores em outros locais, diferente da reserva desmatada. O Resultado? Floresta Zero!

PÉROLA

"Se eu a tivesse conhecido, pode ter certeza que ela teria um amigo na região"

VITALMIRO BASTOS DE MOURA, o BIDA, que foi absolvido pela "justiça" de ter assassinado a missionária Dorothy Stang.

CHARGE / AMÂNCIO

EM ALTA

Segundo o Dieese, a recente alta dos preços dos alimentos nos primeiros quatro meses do ano fez com que o preço da cesta básica aumentasse mais de 9% em 11 capitais. A alta já superou o índice anual de reajuste do salário mínimo, que não chegou nem a 4%.

TRÊS DÉCADAS DEPOIS

No dia 12 de maio completou-se 30 anos da greve da Scania. Foi a primeira vez que uma manifestação de trabalhadores do ABC paulista durante a ditadura militar parou uma montadora. A paralisação foi um marco histórico do movimento sindical, por confrontar os militares no poder. A lei 4330/64, instaurada na ditadura, proibia greves no país. Dez anos antes, em 1968, aproximadamente 10 mil metalúrgicos de Osasco (Grande São Paulo) fizeram uma greve em 16 de junho que permaneceu por quatro dias. No mesmo ano, cerca de 1.700 trabalhadores iniciaram uma paralisação na siderúrgica Belgo-Mineira, em Contagem (MG) para reivindicar aumento salarial. No entanto, as duas sofreram intervenção da ditadura e seus dirigentes foram presos. A greve da Scania foi a primeira depois desta repressão e deu início a onda de greves de 1978 no ABC.

RACISMO

Em Recife (PE), o número de mortes de negros s com idade até 59 anos foi mais do que o triplo do total de óbitos registrados entre não-negros no ano de 2006. Foram mais de três mil mortes de negros, contra pouco mais de 900 de não-negros, segundo um estudo do promovido pela secretaria de saúde do município sobre índices de mortalidade focado na questão racial. A maior diferença foi registrada entre os jovens, onde os negros morrem cerca de oito vezes mais. Foram quase 280 óbitos de negros, contra pouco mais de 30 não-negros.

PETROLEIROS

ELEIÇÕES SINDICAIS PETROLEIRAS NA RETA FINAL

***EDUARDO HENRIQUE**, de Macaé (RJ)*

Seguem a todo vapor as eleições do Sindipetro-NF (Norte Fluminense) e Sindipetro-AL/SE. São os últimos sindicatos da série de eleições, com gosto de plebiscito nacional, que confrontaram a FUP (Federação única dos Petroleiros - CUT) e a FNP (Frente nacional dos Petroleiros) em oito diferentes bases, entre abril e maio.

Dirigentes sindicais deslocando-se por todo o país para ajudar numa ou outra campanha, listas de emails, panfletos de chapas, este é o clima deste embate nacional, que terá seus últimos capítulos nestas duas eleições, no sudeste e no nordeste, que podem apurar os votos simultaneamente, no dia 29 ou 30 de maio.

Na Bacia de Campos estão os petroleiros responsáveis pela maior parte da produção do país. No sindicato encastelou-se uma direção burocrática e entreguista há mais de 10 anos. Do outro lado, a oposição, que obteve a maioria dos votos na eleição passada, mas estava em chapas separadas, agora concorre com boas chances eleitorais pela Chapa 2 - Oposição Unificada - FNP-NF.

No Aeroporto, de onde saem os petroleiros que trabalham na plataforma, o debate envolve dezenas de trabalhadores durante todo o dia. A sala de espera dos vôos tornou-se sala de debates, com os candidatos e apoiadores alternando-se nos discursos e respostas aos trabalhadores.

O mais "engraçado" foi fazer um debate com um GEPLAT (gerente de plataforma), ex-sindicalista, na frente de mais de 20 trabalhadores. O pelego teve que usar de toda habilidade para se esquivar quando, por um lado, nós desmascarávamos toda a política da FUP e, por outro, os próprios trabalhadores, sem nenhum compromisso com nossa chapa, questionavam por que ele tinha virado gerente depois de ser do sindicato. O tal gerente se justificou dizendo que, dos 120 GEPLAT's da Bacia de Campos, "apenas" 10 eram ex-diretores do sindicato... Ele ainda acha pouco!

Já em Sergipe e Alagoas, a Chapa 1 – Resistência e Luta é composta pela atual direção do sindicato e outros grupos que se somaram e enfrenta a oposição fupista. Representando trabalhadores petroleiros, petroquímicos e químicos, diretos e terceirizados, o Sindipetro AL/SE cumpriu papel importantíssimo na fundação da FNP e da Conlutas. Sindicato com peso político importante na região, tem refletido parte de seu trabalho de base na quantidade de trabalhadores terceirizados vestindo a camisa da chapa ou nas declarações de voto nas portas da Petrobrás ou das químicas da região.

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Gustavo Sixel, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva **REVISÃO** Raquel Polla **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5776 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3321-5157 salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Rua Itapagipe, 64 - Santa Rita
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA fortaleza@pstu.org.br
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)-CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216 brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - vitoria@pstu.org.br

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE bh@pstu.org.br
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA uberaba@pstu.org.br
R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ

BELÉM belem@pstu.org.br
Passagem Dr. Dionízio Bentes, 153 - Curió - Utingá - (91) 3276-1909

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Cândido de Leão, 45 sala 204 - Centro (próximo a Praça Tiradentes)
MARINGÁ -Rua José Clemente, 748 Zona 07 - (44) 91113259

PERNAMBUCO

RECIFE - Av.Monte Lazaro, 195- Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO rio@pstu.org.br (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250 (84) 3201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes, 150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE portoalegre@pstu.org.br
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
PASSO FUNDO - Galeria Dom Guilherme, sala 20 - Av. Presidente Vargas, 432 (54) 9993-7180
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105, Morada do Vale - (51) 9864-5816
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807-1722
SANTA MARIA - (55) 8409-0166
santamaria@pstu.org.br

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 77, Centro (48) 3225-6831 floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO saopaulo@pstu.org.br www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA OESTE -Rua Therezinha di Spagna Lobo, 249 - V. Brasilândia
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87 - Santo Amaro
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215 bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - campinas@pstu.org.br
FRANCO DA ROCHA - Avenida 7 de setembro, 667 - Vila Martinho edcosta16@itelefonica.com.br
GUARULHOS - guarulhos@pstu.org.br
Av. Esperança, 733 - Centro (11) 6441-0253 guarulhos@pstu.org.br
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Flaviano de Melo, 1213 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 ribeiraopreto@pstu.org.br
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - (11)4339-7186 saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 sorocaba@pstu.org.br
SUZANO suzano@pstu.org.br

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 aracaju@pstu.org.br

MENTIRAS E IDEOLOGIAS

"A Justiça é cega". "O Estado é de todos". "Votando o povo decide o que fazer do país". Essas ideologias, essas mentiras amplamente difundidas, têm um mesmo objetivo: facilitar a aceitação da dominação da grande burguesia, dos banqueiros e das multinacionais sobre os trabalhadores, através dessas instituições.

Volta e meia, no entanto, a verdade surge com força dos fatos do cotidiano, desmentindo essas falsas consciências. A absolvição do fazendeiro Bida, mandante do assassinato da freira Dorothy Stang mostra, mais uma vez, a quem serve a Justiça. O Opinião Socialista dedica suas páginas centrais a esse tema.

A polícia, por outro lado, reprime as greves dos trabalhadores e deixa livres os grandes ladrões e corruptos.

As eleições a cada dois anos são farsas tão grandes como a "imparcialidade" da Justiça. A grande burguesia financia a campanha do PT e do PSDB – e os aliados de cada um desses blocos - se assegurando que o governo eleito e a "oposição" tenham o mesmo programa. São campanhas milionárias, com apoio maciço das TVs e jornais, com as quais nenhum outro partido por fora destes blocos pode realmente competir.

A imagem da Justiça, como "neutra", "imparcial", é apenas um disfarce necessário ao funcionamento do Estado. É tão verdadeiro como acreditar que o Congresso é realmente a "casa do povo".

Na verdade, a grande burguesia indica e corrompe os juízes com a mesma facilidade com que elege ou compra os deputados e senadores. São os parlamentares eleitos com o dinheiro da burguesia que fazem as leis que serão depois aplicadas pelos juízes também corrompidos.

A manipulação das massas através de falsas consciências não é, evidentemente, um problema só nacional. O Estado de Israel, que está comemorando 60 anos, até hoje capitaliza o repúdio ao massacre dos judeus pelo nazismo no passado, para aplicar os mesmos métodos nazistas contra os palestinos no presente. Dedicamos nossas páginas internacionais a desmontar essa farsa.

O Estado tem dono. São os grandes burgueses, que controlam os parlamentares, os governos, os juízes e a polícia. Ao ter a propriedade das grandes empresas, com fortíssimo poder econômico, a burguesia pode também controlar o Estado.

Mas a burguesia é uma pequena minoria da população. Para exercer seu domínio em uma "democracia", necessita ter apoio das massas de trabalhadores. E isso se faz com líderes respeitados, que estejam de acordo em falar para as massas, mas agir em favor da grande burguesia.

O governo Lula é a demonstração mais categórica na história desse país de uma fraude semelhante. Para os que ficam indignados com as mentiras em que se apóia o Estado da burguesia, nada é semelhante à farsa do governo Lula: garantir lucros recordes para os grandes bancos e multinacionais, que lhe concederam a "honraria" do grau de investimento e, ao mesmo tempo, manter o apoio da maioria dos trabalhadores que acreditam que o governo tem uma "preocupação social com o povo", pela origem de Lula.

Só as lutas diretas dos trabalhadores podem fazer com se possam superar essas mentiras, essas falsas consciências. Só com suas próprias experiências, eles poderão enxergar através das nuvens de mentiras e disfarces propositais do governo e da burguesia. A experiência direta nas greves faz com que se veja com clareza de que está a polícia, a justiça o governo.

Por isto são tão importantes greves como a dos operários da construção civil de Fortaleza. Ou outras em curso como a dos motoristas de Fortaleza ou professores do Pará. Por isto também é muito importante buscar uma coordenação nacional dessas lutas através do congresso da Conlutas, a ser realizado de 3 a 6 de julho em Betim, Minas Gerais.

RICARDO STUCKERT/AG. BRASIL PR/DEZ 2007

GRAU DE INVESTIMENTO OU DE SUBMISSÃO?

Lula e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em encontro com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn

BRASIL É CLASSIFICADO COMO "GRAU DE INVESTIMENTO", entrando no clube de países pobres confiáveis para pagar suas dívidas

DANIEL ROMERO,
de Salvador (BA) e do ILAESE

Algumas professoras a gente nunca esquece, principalmente aquelas que têm como método dar uma estrelinha a cada vez que você faz algo que ela julgue correto. Se você teve uma professora assim, ainda deve estar marcado na sua memória aquele cartaz com o nome de todos os alunos da turma com o número de estrelinhas conquistadas por cada um.

É exatamente desta maneira que o mercado financeiro trata os governos, principalmente dos países periféricos. E neste cenário, o governo Lula ganhou mais uma estrelinha.

No final de Abril, a agência americana Standard & Poor's, uma das mais importantes na classificação de risco de investimentos, elevou a nota da dívida brasileira de BB+ para BBB-, classificando-a como "grau de investimento".

A agência classifica os governos em dois grupos, conforme a nota que eles recebem. Da nota D, a pior de todas, até BB, o país é considerado como "grau especulativo". Teoricamente, seriam países com economia instável, trazendo risco dos governos não conseguirem pagar suas dívidas.

A partir de BBB até AAA, a melhor nota, o país entra na categoria de "grau de investimento". Em bom português, isso significa que o governo do país em questão foi classificado como confiável para o mercado financeiro, como um bom pagador da sua dívida pública. Foi neste grupo que o Brasil recém ingressou.

EUFORIA NO BRASIL DELES

O mercado financeiro ficou eufórico logo após o anúncio da reclassificação do Brasil: a Bolsa de Valores de São Paulo disparou e fechou na maior alta da sua história, e o dólar caiu ainda mais, indo para R$ 1,66.

O governo também comemorou. Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, usou o discurso padrão: falou de maturidade das instituições, solidez da moeda, responsabilidade fiscal, blá, blá, blá. O presidente Lula também fez como de costume: agradeceu a Deus.

Por que tanta euforia? Isso significa que o Brasil vai conseguir aumentar o salário mínimo, acabar com o desemprego, reduzir o preço dos alimentos e poder investir mais em educação e saúde? Nada mais longe disso.

A classificação de risco da dívida dos países serve como referência para investidores estrangeiros. Alguns fundos de investimento só têm permissão de comprar títulos da dívida de países classificados como "grau de investimento", como é o caso de várias das milionárias seguradoras e fundos de pensão americanos.

Portanto, a principal mudança é que, a partir de agora, estes fundos também poderão especular com os títulos da dívida pública brasileira, aquela mesma dívida que o governo Lula havia anunciado o seu fim e aqueles mesmos fundos e seguradoras que foram responsáveis pela crise do sistema imobiliário norte-americano. Com a crise por lá, é um alento para eles poderem desembarcar aqui.

Com a entrada de novos compradores, a tendência é que os títulos da dívida brasileira aumentem de preço, beneficiando os seus detentores. Não será necessário nem esperar fechar o ano: em 2008, os bancos brasileiros vão bater um novo recorde de lucros em pleno período de recessão mundial. Ainda assim, nem por isso o preço do feijão, do pão, do arroz, do transporte... deixarão de subir.

O QUE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO REALMENTE CLASSIFICA?

Se levarmos a sério a declaração do governo de que a nova classificação do Brasil significa solidez na economia, uma rápida olhada na lista da Standard & Poor's para a América Latina pode causar algumas dúvidas, pois países com economias muito mais frágeis do que a brasileira são mais bem avaliadas, como é o caso de El Salvador e Panamá, com AAA (a melhor nota possível), Trinidad e Tobago, com AA e Barbados, com A.

Além disso, o óbvio: será que a alta dos alimentos, a crise na saúde e na educação, a epidemia de dengue, o desemprego, a informalidade, enfim, será que o Brasil verdadeiro não entra no cálculo? Portanto, fica a justa dúvida sobre o que de fato está sendo avaliado pelas agências de classificação de risco.

No caso dos países periféricos, a classificação é, em última instância, política. Mais precisamente, avaliam-se duas coisas: a política econômica adotada pelo governo e as possibilidades destas medidas se manterem sem sobressaltos, resistindo às pressões por parte dos trabalhadores.

Assim, desculpe a caricatura, mas a conta das agências é mais ou menos essa: governo submisso ao capital financeiro + movimento sindical submisso ao governo = grau de investimento. Com essa conta simples, basta trocar a palavra investimento por submissão que realmente entendemos o que a nova classificação do Brasil representa.

MANUAL PARA SE TIRAR UMA BOA NOTA NO "GRAU DE SUBMISSÃO"

Entre os critérios para se avaliar a submissão do governo, um dos mais importantes é o controle dos gastos públicos. A lição é clara: o país deve reduzir ao máximo o seu gasto para não comprometer o pagamento da dívida. Isso significa privatizar as empresas estatais, arrochar os salários dos servidores públicos e fazer reformas que cortem direitos e gastos sociais, como as da Previdência, Trabalhista e Universitária.

Não por acaso, países como México, Chile e Peru estão mais bem avaliados do que o Brasil, porque foram países que aprofundaram ainda mais do que aqui a aplicação das políticas neoliberais, além de manterem acordos comerciais privilegiados com os EUA, como é o caso principalmente do México com o Nafta.

Por outro lado, a Argentina, com índices de crescimento muito superiores aos do Brasil, e a Venezuela, que nunca cogitou em parar de pagar sua dívida externa durante o governo Chávez, são avaliados como países de grande risco.

Não porque estes governos não sejam confiáveis para o mercado financeiro. O problema é que os trabalhadores desses países é que não são "confiáveis" ao pressionarem por medidas como a moratória da dívida externa (Argentina) ou reestatização de empresas privatizadas (como a recente vitória da nacionalização da Sidor na Venezuela.

JUNTO COM A ESTRELINHA, O CINTO E A MORDAÇA

Quando Lula assumiu o governo, o Brasil era avaliado apenas como B+. Como bom aluno, o governo Lula passou para BB- em 2005, BB em 2006, BB+ em 2007 e agora "grau de investimento", com BBB-. O PSDB deve estar morrendo de inveja, porque, justiça seja feita, ambos os partidos são responsáveis pelo Brasil ter atingido o "grau de submissão".

O problema é que a cada nova estrelinha que o governo recebe, ela significa que os trabalhadores tiveram que apertar ainda mais o cinto. Daí a necessidade de também amordaçar o movimento sindical. Justiça seja feita, a CUT, o PT e o PCdoB também merecem uma estrelinha no grau de submissão.

LIÇÕES DE UMA GREVE OPERÁRIA

DIEGO CRUZ

Trabalhadores aprovam acordo coletivo e encerram greve

GEORGE BEZERRA, de Fortaleza (CE)

No dia 6 de maio, os operários da construção civil de Fortaleza (CE) realizaram uma assembléia que ficará na história da categoria e que certamente emocionou quem estava presente na sede do sindicato. Decidia-se o futuro de uma greve que já durava 15 dias. Após a categoria avaliar a proposta patronal, aprovou, por ampla maioria, fechar o acordo com os patrões e encerrar a paralisação. Quais as principais lições que devemos tirar dessa greve?

RESULTADOS ECONÔMICOS

Embora não se possa reduzir o balanço de uma greve a seus resultados econômicos, as reivindicações salariais são importantes, pois impedem que os patrões joguem os trabalhadores na miséria. Nesse sentido, o movimento conseguiu um acordo razoável. O servente de pedreiro recebeu um reajuste de 9,21%, passando a ganhar R$ 428,00. O meio- profissional (auxiliares dos profissionais) teve seu salário ajustado em 9,3%, passando a receber R$ 507,85. E o profissional (pedreiro, carpinteiro, bombeiro, ferreiro e eletricista) teve um reajuste de 8,4%, o que significa um vencimento de R$ 672,00.

Além disso, o betoneiro (responsável pela produção da massa), que era considerado meio-profissional, passou a ser profissional. A participação nos lucros e resultados foi estendida para os operários que têm três meses de firma. Antes, só tinha direito quem estava há pelo menos seis meses na firma.

Ainda são salários de fome, mas, se não fosse a greve, os operários iriam ter reajustes apenas de acordo com a inflação, justo num momento em os preços dos alimentos estão subindo.

ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO MOSTRAM O CAMINHO

A patronal, antes intransigente, só mudou de postura a partir do fortalecimento da mobilização e radicalização dos operários. Primeiro, foram as paralisações de duas horas por canteiro, que atingiram um total de cinco mil operários. Depois, veio a greve, que obrigou a patronal a apresentar mudanças significativas na proposta de reajuste dos pisos da categoria.

A mobilização e organização foram determinantes para a vitória. A greve foi garantida com os piquetes em frente às obras, impedindo, assim, a ação dos fura-greves. Depois, cada piquete saía em passeata e encontrava-se com os outros piquetes, à procura de canteiros que estivessem funcionando. Cada empresa que forçava os operários a trabalharem tinha suas obras paralisadas à força.

Esse método foi bastante recriminado, sendo taxado de violento por toda a grande imprensa. Além disso, a Justiça autorizou a cobrança de uma multa de R$ 10 mil por trabalhador que fosse impedido de entrar nos canteiro de obras pelos piquetes e de R$ 30 mil por canteiro depredado. Os operários, porém, mantiveram seu método de luta, pois tinham consciência de que eram os piquetes que garantiam a paralisação das obras e a própria segurança dos trabalhadores contra a ação da polícia e da segurança privada.

DEMOCRACIA OPERÁRIA

Desde o início, a categoria foi escutada, sendo chamada a formular a pauta de reivindicações, elaborar, planejar e organizar sua luta. Durante a greve, eram realizadas assembléias diárias, reuniões do comando de base, e eram os operários que decidiam as obras que deveriam ser paralisadas pelos piquetes. Isso foi determinante para a vitória.

A existência de espaços que garantiam aos operários o direito de expressar suas opiniões, criticar, pressionar, controlar a direção do sindicato e lançar propostas permitiu a correção dos rumos da greve e, ao mesmo tempo, fez avançar a compreensão de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

MOTORISTAS FAZEM PARALISAÇÕES

Mal terminou a greve do peão, os motoristas e cobradores de ônibus de Fortaleza fizeram paralisações por melhores salários. O movimento parou a cidade durante dias. Os trabalhadores rodoviários lutam por reajuste e contra a direção do sindicato, que assinou acordo coletivo rebaixado com a patronal sem a categoria saber.

WWW.PSTU.ORG.BR
Mais sobre o balanço da greve e a mobilização dos rodoviários

EDUCAÇÃO

GREVE DOS PROFESSORES NO PARÁ ENFRENTA GOVERNO DO PT

Tropa de choque durante o ato

GLEIDSON SANTOS, de Belém (PA)

Em 9 de maio, cerca de mil professores de vários municípios realizaram um grande ato em Belém (PA), como parte das manifestações da greve iniciada em 24 de abril. Os professores reivindicam 30% de reajuste, vale-alimentação de R$ 400, combate à violência dentro das escolas e outras melhorias na educação. Os professores caminharam em passeata até a sede do governo, onde tentaram alguma negociação com a governadora Ana Júlia (PT).

REPRESSÃO BÁRBARA

Ao chegar em frente ao palácio, os professores fecharam as duas pistas da avenida enquanto tentavam negociar. Porém, o governo se mostrou intransigente. Sem avanço, a comissão foi convidada a se retirar e foi advertida que o movimento teria cinco minutos para desobstruir a pista.

A tropa de choque da Rotam (Ronda Tática Metropolitana), criada pelo atual governo, avançou sobre a multidão com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha. Assustadas, várias senhoras caíram e se machucaram, dezenas foram atingidos pelas balas, uma das bombas caiu no pátio de uma casa e vários moradores das redondezas foram atingidos. Mesmo sob uma dura repressão, os professores resistiram e fizeram barricadas de paus e pneus para impedir o avanço da tropa.

O saldo final foi de um estudante e cinco professores presos, além de dezenas de manifestantes e moradores feridos. Uma nova manifestação está marcada para o dia 12.

O governo de Ana Júlia, além da repressão, também vem apelando à Justiça para tentar desmontar a greve e, em uma atitude sem precedentes em governos anteriores, pediu que a paralisação fosse declarada abusiva e uma multa diária de R$ 100 mil.

A CONLUTAS NA GREVE

Mesmo sendo oposição à atual direção do sindicato, os professores da Oposição Alternativa Conlutas estão na linha de frente das mobilizações. A discussão da reorganização do movimento ganhou força desde o último congresso estadual da categoria, no qual foi aprovada a ruptura com a CUT, e a Conlutas vem ganhando mais espaço na greve a cada dia.

A justiça dos ricos

A imagem da justiça é de uma figura com venda nos olhos, para simbolizar imparcialidade: a mesma lei deveria ser aplicada tanto para pobres como para ricos, tanto para um banqueiro como para um operário. Na verdade, a venda não existe.

A justiça tem lado. O lado daqueles que têm muito dinheiro e são poderosos. Dois episódios da justiça brasileira mostram isso: a possibilidade de libertação de Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá (acusados do assassinato da menina Isabella) e a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, mandante do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang.

O caso Isabella e a "credibilidade" da justiça

DA REDAÇÃO

O pai de Isabella e sua madrasta, acusados de atirarem a menina pela janela do 6º andar, foram presos na semana passada. A investigação policial comprovou todas as suspeitas contra o casal, mas o que embasou a prisão preventiva foi outra questão.

Segundo o despacho do juiz, o casal deveria ser detido para a *"garantia da ordem pública, objetivando acautelar a credibilidade da Justiça em razão da gravidade e intensidade do dolo em que o crime descrito na denúncia foi praticado e repercussão que o delito causou no meio social"*. Ou seja, o juiz determinou a prisão para preservar a credibilidade da justiça. Se não houvesse toda a comoção pública, o casal de classe média estaria solto.

Quando esta edição estiver nas ruas, eles já podem estar livres, pois um recurso contra a prisão será julgado. Assim como inúmeros outros criminosos da classe média e da burguesia poderão aguardar o julgamento em liberdade durante muitos anos.

Para isso, é necessário ter dinheiro suficiente para contratar advogados que consigam fazer recursos sucessivos para a segunda instância (na justiça do estado) e na terceira (no Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal em Brasília), adiando o julgamento. Enquanto os recursos são julgados, os criminosos continuam livres.

O caso do jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves – ex-diretor do jornal O Estado de S.Paulo - é bem conhecido: matou a tiros sua ex-namorada, Sandra Gomide, em 2000. Até hoje, apesar de confessar o crime, Neves, que é poderoso e influente, nunca foi preso. No final do ano passado, a Justiça confirmou que ele ficará em liberdade enquanto espera o julgamento.

Por outro lado, os pobres que não têm dinheiro para pagar advogados caros ficam presos aguardando o julgamento, que demoram anos.

Pode ser, no entanto, que o casal Nardoni não consiga ser libertado, ao contrário de outros criminosos de classe média e da burguesia. Isso pode acontecer pelos mesmos motivos que levaram à sua prisão preventiva, ou seja, o clamor da opinião pública e a tentativa de dar "credibilidade" à Justiça, bem desacreditada.

A absolvição de Bida

A foto do fazendeiro sorridente ao lado de seus advogados após ser absolvido em seu segundo julgamento provocou grande indignação. A absurda absolvição de Bida joga luz aos desmandos ocorridos no Pará, onde pistoleiros são contratados por latifundiários para matar ativistas de movimentos sociais, tendo certeza da impunidade.

No dia 12 de fevereiro de 2005, seis disparos à queima-roupa tiraram a vida de Dorothy Stang, num crime que comoveu o país e provocou repercussão internacional.

Três anos depois, já sem pressão pública, um novo julgamento acabou inocentando o fazendeiro. Foi mantida somente a condenação do homem contratado por Bida, o pistoleiro Rayfran das Neves, sentenciado a 28 anos de prisão pelo assassinato.

Foi o segundo julgamento de Rayfran. O primeiro, realizado em dezembro de 2005, o sentenciou a 27 anos. Já o fazendeiro Bida, preso desde março de 2005 e condenado, em maio do ano passado, a 30 anos de prisão, teve o primeiro julgamento anulado e foi solto. Da mesma forma, o pecuarista Regivaldo Pereira, o "Taradão", apontado como co-mandante do crime, também está livre, aguardando julgamento.

A decisão da Justiça de libertar o mandante da morte da freira é uma carta branca aos latifundiários. Muitas lideranças dos movimentos sociais e camponeses do Pará temem ser assassinados.

Não é à toa que, em Anapu, cidade onde foi cometido o crime, fazendeiros soltaram fogos de artifício com a absolvição do colega preso. A federalização do processo, ou seja, o pedido para que o processo ocorra na Justiça Federal, baseado em uma lei de Hélio Bicudo, foi negada. Os assentados e pequenos agricultores da região já prevêem o aumento da violência, insuflado pela impunidade.

REINO DA IMPUNIDADE

Segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra), mais de 70% dos 800 assassinatos no Pará envolvendo conflitos no campo não são investigados. Levantamento realizado pela entidade revela que, entre 1971 e 2007, 819 pessoas foram assassinadas em conflitos agrários. Dos 99 ativistas ameaçados de morte, apenas 9 recebem proteção policial. Para concluir o quadro da impunidade no campo, com a soltura de Bida, nenhum mandante de assassinato está preso.

O assassinato de Dorothy Stang repercutiu internacionalmente. No entanto, se nem um crime que balançou a opinião pública internacional serviu para condenar o mandante, o que dizer dos crimes que ocorrem anualmente e não atraem tanta atenção da mídia? Segundo o relatório Conflitos no Campo do Brasil, divulgado pela CPT, só no ano passado, 28 pessoas foram mortas no país em conflitos por terra.

Os crimes contra os trabalhadores e suas organizações e a impunidade não são, porém, exclusividades do campo. De acordo com o livro Plantados no Chão, da jornalista Natália Viana, entre 2003 e 2006, foram assassinadas no país mais de 200 lideranças populares.

JUSTIÇA DOS RICOS

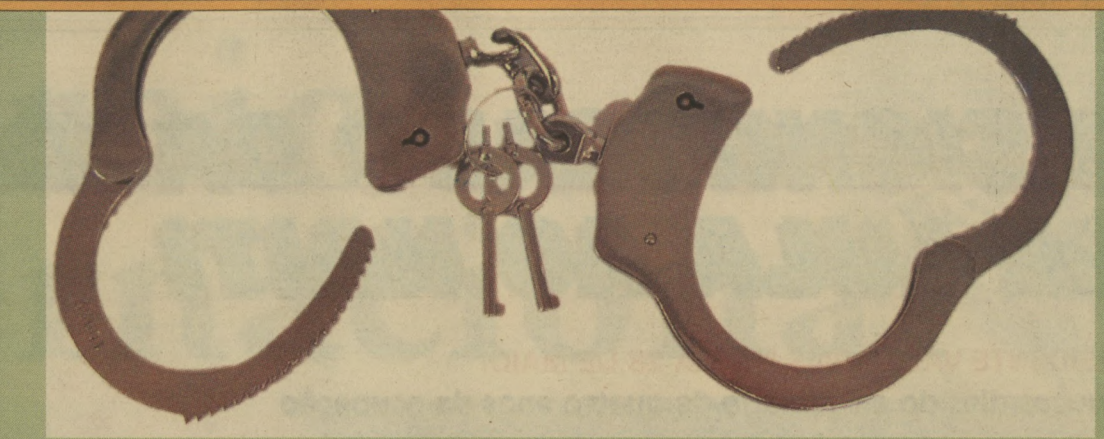
Todos esses dados mostram que a justiça está (e sempre esteve) ao lado dos ricos e poderosos. Para os pobres, a punição é implacável. Enquanto várias pessoas pobres, e na sua maioria negras, apodrecem na cadeia por terem praticado pequenos furtos, realizados muitas vezes para matar a fome, a "justiça" dos ricos dá uma mãozinha para livrar a cara de políticos corruptos, fazendeiros e endinheirados.

Eles estão livres

É reinante a impunidade contra políticos ladrões e corruptos. Um bom exemplo é o caso do mensalão. Apesar de todo estardalhaço que causou, até hoje nenhum dos envolvidos no esquema de corrupção (o maior revelado no governo Lula) foi preso, punido ou teve, pelo menos, seus bens bloqueados. Marcos Valério, o pivô do esquema, continua andando livremente pelas ruas, desfrutando sua fortuna. José Dirceu, apesar de ter saído do governo, mantém ainda muita influência política e atua como um mega-lobista de grandes empresários, como o mexicano Carlos Slim, um dos homens mais ricos do mundo. O único que sofreu algum tipo de "punição" foi o ex-secretário geral do PT, Silvio Pereira – o "Silvinho Land Rover" -. Ele fez um acordo com a Justiça para se livrar do processo em troca de "serviços comunitários", que poderão ser cumpridas em até três anos.

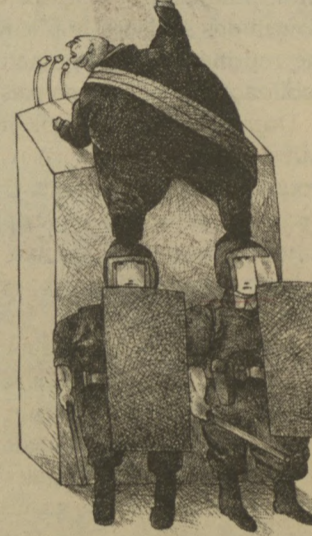
Lula disse estar "indignado" com a absolvição de Bida, mas ajuda a acobertar os roubos cometidos pelos membros do governo e da direção do PT.

E a escandalosa impunidade dos endinheirados não pára por ai. Vejamos alguns casos:

Naji Nahas - Depois de faturar milhões com suas falcatruas financeiras, o mega-especulador foi preso em 1989 após quebrar a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Mas ele não passou muito tempo na prisão, pois foi inocentado pela Justiça. Mais discreto, Nahas continuou suas negociatas. Aproximou-se do banqueiro Daniel Dantas, da família real da Arábia Saudita e de outros figurões. Em 2004, ele bancou o luxuoso casamento de sua filha, para o qual fretou nove aeronaves.

Nahas é dono do terreno de 1,3 milhão de metros quadrados onde cerca de 1.200 famílias da ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), estão acampadas há quatros anos. Só em impostos, Nahas deve cerca de R$ 6 milhões, valor que permitiria à Prefeitura fazer a desapropriação da área em favor dos sem-teto. No entanto, foram inúmeras as ameaças de desocupação feitas aos moradores pelo governo, prefeitura e Justiça. Um claro exemplo de que lado está essa "justiça".

Sergio Naya - o empresário ficou famoso depois do desabamento do edifício Palace II, no Rio de Janeiro, em 1998, que provocou a morte de oito pessoas. A empresa de Naya construiu o edifício e foi acusada de ter usado material barato e de baixa qualidade.

Naya foi para os EUA morar em seu luxuoso hotel na Flórida. Numa festa, foi flagrado por câmeras de TV reclamando que não beberia champanhe em copo de plástico, alegando que seria "coisa de pobre". Ele chegou a ficar preso por duas vezes, mas foi absolvido pela Justiça em 2005. Muitas as famílias do Palece II não foram indenizadas.

Paulo Maluf – Dono de um invejável currículo de corrupção, Maluf é acusado de lavagem de dinheiro, receber propinas de construtoras e enviar dinheiro para contas no exterior. Gravações telefônicas mostraram uma tentativa de manipular um depoimento do doleiro Vivaldo Alves, que diz ter movimentado US$ 161 milhões dos Maluf em contas nos Estados Unidos. Maluf e seu filho foram presos, mas logo ficou evidente que a medida não passava de mais um show para a imprensa. Depois de alguns dias, ambos foram libertados. Hoje, Maluf é deputado federal.

É PRECISO UMA OUTRA JUSTIÇA

A justiça atual é parte de um Estado que serve à dominação da grande burguesia. As leis são feitas por seus representantes e aplicadas por juízes que sabem muito bem quem estão julgando. A burguesia e a alta classe média podem contratar advogados que utilizam todas as inúmeras brechas da lei para atrasar ou impedir os julgamentos. Ou simplesmente comprar os juízes ou jurados de um caso para serem absolvidos.

A ideologia burguesa da "justiça igual para todo mundo" já está muito desgastada. Poucos acreditam que isso exista realmente com tantos exemplos de desigualdade e corrupção. Mas a maioria acredita que "é assim mesmo" e que isso nunca poderia mudar. É verdade que é muito difícil mudar isso: seria preciso mudar o conjunto do Estado, do qual a Justiça é apenas uma parte. Seria necessário um outro Estado, que não fosse dominado pela burguesia, mas pelos trabalhadores, como nos primeiros anos da Revolução Russa, antes da burocratização stalinista. Lá existiam tribunais populares locais, com trabalhadores eleitos nos soviets (organismos de luta da época) para a função de juízes.

Na situação atual, uma primeira medida democrática deveria ser a eleição de todos os juízes, com mandatos revogáveis. A população deve ter o direito de eleger e depor aqueles que têm o poder de julgar todos.

O OUTRO LADO DA JUSTIÇA

Valmes Pereira da Silva, ajudante de motorista de caminhão, foi preso no início do mês por furtar cinco galinhas. O rapaz foi encaminhado para a superlotada cadeia de Rincão, município de São Paulo, cujas péssimas condições foram denunciadas recentemente pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Valmes teve que dividir uma cela com mais 25 detentos, num espaço que abriga no máximo 12. Nos finais de semana, a situação ficava ainda pior, pois Valmes dividia sua cela com mais 65 presos que aguardavam transferência pra outros presídios. Nessa mesma cadeia de Rincão já estiveram Marcelo Donizete Vicente, preso após furtar dois potes de sopa num supermercado, e Juliano Ribeiro Sant'Anna, levado à cadeia por roubar desodorantes.

Outro triste exemplo de como a Justiça trata os pobres foi o da menor L., presa no Pará sob a acusação de ter tentado furtar um aparelho celular, embora ninguém tenha dado queixa e não haja provas de que o crime foi cometido. Interrogada, ela negou o furto e avisou que era menor de idade. Mesmo assim, foi presa e teve que dividir uma cela com 30 homens adultos. Durante um mês, a garota foi torturada e estuprada. L. foi levada à presença de uma juíza e novamente alegou que era menor. A juíza, porém, a devolveu à mesma cela. O caso veio à tona e chocou o país. Quase seis meses depois, alguém foi preso, punido ou responsabilizado por colocar a garota numa cela com homens?

O SIGNIFICADO DA IDA DE LULA AO HAITI

PRESIDENTE VAI AO PAÍS NO DIA 28 DE MAIO, a poucos dias do aniversário de quatro anos da ocupação

JEFERSON CHOMA, da redação

O presidente Lula estará visitando o Haiti no próximo dia 28 de maio. O objetivo da visita é reforçar a mentira de que as tropas brasileiras, que lideram a vergonhosa ocupação ao país, estão a serviço da "defesa da paz". Dessa forma, o presidente tenta minimizar o desgaste da imagem dos soldados brasileiros que reprimiram violentamente mobilizações populares no país.

Durante o mês de abril, milhares de haitianos foram às ruas protestar contra o aumento dos preços dos alimentos, que triplicaram desde o início do ano, e pedindo a retirada das tropas e o fim da ocupação.

Manifestantes chegaram a derrubar os portões do palácio presidencial, exigindo que o governo tomasse alguma medida efetiva para resolver o problema da fome. A resposta do governo do presidente René Préval, porém, foi uma brutal repressão contra os manifestantes. O trabalho sujo de reprimir ficou a cabo da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), liderada por soldados brasileiros. Cerca de seis pessoas foram mortas pela repressão. No entanto, há denúncias de que o número é ainda maior.

> **Os crimes cometidos pelos soldados brasileiros são manchas que ficaram para sempre na história de Lula e do PT.**

DIAS DE TERROR

Os dias que se seguiram foram marcados pelas ações de terror patrocinadas pela Minustah nos bairros populares de Porto Príncipe. Os soldados impediam qualquer concentração com mais de três pessoas, reuniões e, sob a ponta das baionetas, obrigavam a população a não sair de casa.

Como se não bastasse, o governo do Haiti resolveu proibir os atos e protestos do 1° de Maio. o. Essa medida tenta restringir qualquer tipo de manifestação que possa se converter em protestos contra a fome que assola o país. O pior é que isso tudo foi garantido pelas tropas brasileiras e pelo governo Lula, um ex-sindicalista que lutou contra a proibição de atos e protestos no 1° de Maio pela ditadura militar.

QUATRO ANOS DEPOIS

No entanto, a visita de Lula vai ser bem diferente da primeira vez em que foi no Haiti. Em 2004, o petista esteve em Porto Príncipe, em meio a festas e jogos da seleção brasileira. Mas dessa vez, não haverá ninguém comemorando sua chegada.

Lula chegará ao Haiti às vésperas de completar os quatro anos da ocupação da Minustah. Nesse período, a missão acumulou um farto cardápio de denúncias contra os direitos humanos. Entre elas, de atrocidades como estupro e assassinatos. Recentemente, a própria Minustah foi obrigada a repatriar 114 soldados da ONU acusados de abuso sexual e violações a mulheres e crianças.

Com se não bastasse, na comitiva, Lula levará empresários dos setores energéticos e de infra-estrutura, buscando transformar a ocupação do Haiti numa grande oportunidade de negócios. Entre os convidados então as empreiteiras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa, doadores de campanha do presidente brasileiro.

Soldado brasileiro no Haiti enfrenta protestos populares em 08 de abril

MINUSTAH.ORG

FORA LULA DO HAITI

Os 1.200 soldados brasileiros que ocupam o Haiti estão a serviço do imperialismo e não da paz. Não estamos diante de uma "missão humanitária", mas sim diante de uma invasão militar a serviço da manutenção de um plano econômico das multinacionais norte-americanas. A única "paz" que o povo haitiano conhece é a paz dos cemitérios.

Os ativistas e as organizações de esquerda, do movimento sindical, estudantil e popular no Brasil devem repudiar a visita de Lula e aproveitar a data para organizar protestos contra a ocupação.

Precisamos preparar atos e manifestações em consulados, embaixadas e praças públicas. É hora de denunciar os crimes cometidos pelos soldados brasileiros no Haiti e responsabilizar o governo Lula por cada um dos mortos. O povo haitiano já sabe qual o papel das tropas. Os crimes cometidos pelos soldados brasileiros são manchas que ficaram para sempre na história de Lula e do PT.

Que Lula e as tropas se retirem do Haiti!

ENCONTRO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO DE TRABALHADORES

C-CURA ASSINA CONVOCAÇÃO DO ENCONTRO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

UMA DAS CORRENTES SINDICAIS mais importantes da UNT venezuelana, aprova adesão ao encontro

ELAC.ORG.BR

Os trabalhadores venezuelanos vivem um rico processo de reorganização sindical. A expressão mais importante disso está sendo a construção de uma central, a UNT (União Nacional dos Trabalhadores), em alternativa à velha Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV).

A Corrente Classista, Unitária, Revolucionária e Autônoma (C-CURA) é uma das correntes sindicais mais importantes da União Nacional de Trabalhadores (UNT). Atualmente, um de seus dirigentes, Orlando Chirino, coordenador nacional da UNT, foi demitido da PDVSA (estatal petroleira venezuelana) pelo governo Hugo Chávez.

O sindicalista cumpriu um importante papel contra o golpe de estado de abril de 2002 e na defesa da indústria petroleira nos dias da sabotagem patronal ocorrida no mesmo ano. Chirino foi demitido ilegalmente e sem justificativas pelo governo. Atualmente, várias organizações sindicais, como a Conlutas no Brasil, realizam uma intensa campanha por sua reintegração.

Confira ao lado a resolução da C-CURA de adesão ao Elac.

KIT GAION

Falxa do Elac no ato de 1° de Maio em São Paulo (SP)

Resolução da C-CURA sobre o Elac

"Companheiros do Elac

Na reunião de dirigentes nacionais da C-CURA, realizada em Caracas no dia 16 de abril, e com a presença de uma delegação de companheiros da Conlutas do Brasil, aprovamos a participar e de ser convocante do Encontro Latino-americano e Caribenho dos Trabalhadores. Igualmente, se aprovou a necessidade de difusão e o construção do evento, além de enviar uma importante delegação ao mesmo.

Por outro lado, está em preparação uma declaração de nossa corrente para somar a experiência do movimento operário venezuelano no processo revolucionário da Venezuela junto às propostas do C-CURA.

Solicitamos que se incorpore a C-CURA como convocante em toda nova propaganda e difusão do ELAC, para fortalecer o convite e avançar em maior unidade os trabalhadores classistas do continente e do Caribe".

ORLANDO CHIRINO, RICHARD GALLARDO, JOSÉ BODAS, JOSÉ BARRETO
CORRENTE CLASSISTA UNITÁRIA REVOLUCIONARIA E AUTÔNOMA (CCURA) – VENEZUELA

LIT-QI

Correio Internacional

Publicação da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) – www.litci.org

60 ANOS DA FUNDAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

PELO FIM DO ESTADO DE ISRAEL

POR UMA PALESTINA LAICA, DEMOCRÁTICA E NÃO RACISTA

No dia 14 de maio completam-se 60 anos da fundação do Estado de Israel, baseada em uma resolução da ONU de 1947, ocupando 55% do território do então mandato britânico na Palestina.

A lenda criada pelo sionismo afirma que ali se uniram "um povo sem terra" (os judeus) e uma "terra sem povo" (Palestina). A realidade, no entanto, foi bem diferente. A organização sionista mundial e as potências imperialistas (EUA e Inglaterra), com o aval da burocracia stalinista governante na ex-URSS, utilizaram como desculpa o drama dos milhares de refugiados judeus europeus, brutalmente perseguidos pelo nazismo, para transferir uma parte deles até a Palestina, de modo totalmente artificial e com muito respaldo financeiro. Foi notório o apoio que este projeto recebeu por parte de vários milionários judeus europeus, como os banqueiros Rothschild. A resolução da ONU legalizou esta usurpação.

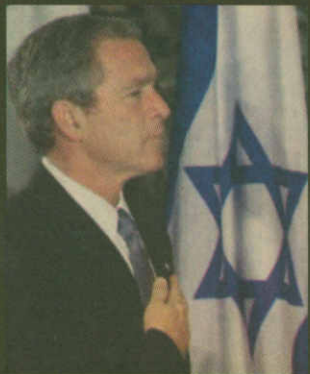
Foi criado assim um verdadeiro enclave imperialista. Quer dizer, um território usurpado da nação palestina em que se instalaram milhares de imigrantes, provenientes em especial da Europa Oriental, totalmente dependentes desse respaldo financeiro para sobreviver e, portanto, dispostos a defender a política do imperialismo na região. Ben Gurion, um dos principais dirigentes sionistas da época e primeiro presidente de Israel, expressou com total clareza a associação entre o sionismo e o imperialismo norte-americano: "*Nossa maior preocupação era a sorte que estaria reservada a Palestina depois da guerra. Já estava claro que os ingleses não a conservariam seu mandato. Se havia todas as razões para crer que Hitler seria vencido, era evidente que a Grã Bretanha, inclusive vitoriosa, sairia muito debilitada do conflito. Por isso, não tinha dúvida de que o centro de gravidade de nossas forças deveria passar do Reino Unido à América do Norte, que estava em vias de assumir o primeiro lugar no mundo*".

Mas a Palestina não era "uma terra sem povo", e sim uma pátria histórica dos árabes palestinos, na qual havia convivido em paz, por muitos séculos, uma minoria de judeus de origem árabe. Em sua própria fundação, Israel não se limitou a usurpar o território dado pela ONU: o movimento sionista planejou e executou uma ofensiva para apropriar-se de uma parte do setor outorgado aos palestinos (20% da superfície total) e expulsar seus habitantes.

E o fez através de suas organizações armadas e com métodos terroristas contra a população civil. Na aldeia de Der Yasin, por exemplo, as milícias sionistas assassinaram 254 de seus 700 habitantes, um massacre que foi um verdadeiro símbolo de como foi criado o Estado de Israel. Dessa forma, 800 mil palestinos (um terço da população da época) foram expulsos de sua terra e iniciaram o drama dos refugiados.

Não é casual, então, que os palestinos recordem dessa data como a nakba (catástrofe), já que significou o início de uma dolorosa realidade. Atualmente, o povo palestino está dividido entre aqueles que vivem dentro de Israel, discriminados e tratados como habitantes de segunda classe; os habitantes de Gaza e Cisjordânia, submetidos ao cerco e à agressão permanente do sionismo; os mais de 6 milhões de refugiados nas nações árabes, que vivem em precários acampamentos, muitas vezes perseguidos e reprimidos pelos próprios governos árabes.

Por isso, desde então, o povo palestino, e também o conjunto das massas árabes, têm colocada a necessidade de lutar pela liberação de sua terra, expulsando o invasor sionista.

A **LIT-QI** apóia incondicionalmente essa luta do povo palestino contra o Estado sionista. Nesse sentido, não fazemos mais que manter a histórica posição da IV Internacional que, em 1948, aprovou uma resolução contra a criação do Estado de Israel e respaldou a reivindicação do povo palestino sobre seu território histórico.

ISRAEL: AGENTE MILITAR DO IMPERIALISMO NO ORIENTE MÉDIO

O objetivo do imperialismo, especialmente o americano, com a fundação de Israel, foi ter um agente militar direto no Oriente Médio. Uma região que, além de possuir as maiores reservas de petróleo do mundo, vivia um forte processo de luta antiimperialista e contra as corruptas "monarquias petroleiras". Tratava-se de ter uma "tropa própria" a seu serviço contra o povo palestino e as massas árabes.

Não é por acaso que, desde sua criação como verdadeiro "posto militar avançado", Israel tenha vivido sempre em estado de guerra (confira cronologia ao lado):

UM ESTADO MILITARIZADO

O objetivo da criação de Israel explica por que a população israelense vive sempre em "pé de guerra". Ao cumprir 18 anos, todo cidadão deve cumprir um serviço militar obrigatório DE três anos, para os homens, e dois anos, para as mulheres. Depois, ficam como "reservistas" até os 50 anos, com um mês de treinamento anual obrigatório.

Por esses "serviços militares", os EUA enviam "oficialmente" US$ 3 bilhões anuais e US$ 2 bilhões chegam por outras vias. Somam-se a isso os fundos que arrecadam as organizações sionistas de todo o mundo. Desse modo, Israel equilibra o déficit de sua balança comercial (US$ 10 bilhões) e seu crônico déficit orçamentário.

Ao mesmo tempo, a fabricação de armamentos e a tecnologia militar e de segurança se transformaram, há vários anos, na principal atividade econômica do país e no principal produto de suas exportações (US$ 12 bilhões, 40% do total), disfarçado nas estatísticas como "exportação de alta tecnologia".

Em outras palavras, a maioria da população israelense vive, direta ou indiretamente, do orçamento militar e da indústria armamentista. Por isso, as Forças Armadas são, na realidade, a instituição mais importante do Estado. Não é por acaso que a maioria dos líderes políticos mais destacadas da história do país tenham sido previamente chefes militares.

UM ESTADO RACISTA

Outra das grandes mentiras do sionismo é que Israel é um Estado "democrático e progressista". Nada mais falso. Desde sua fundação, se constituiu como um Estado racista, por sua ideologia e suas leis destinadas à expropriação das casas e terras dos palestinos.

Israel é oficialmente um "Estado judeu". Quer dizer, não é um Estado de todos os que residem no país ou nasceram nele, mas somente podem ser cidadãos aqueles que se consideram de fé ou de descendência judaica. Cerca de 90% das terras se reservam exclusivamente para os judeus, através do Fundo Nacional Judeu, cujo estatuto define que essas "terras de Israel" pertencem a essa instituição e não podem ser vendidas, arrendadas ou nem sequer trabalhadas por um "não judeu". Os palestinos estão proibidos de comprar ou, inclusive, arrendas as terras anexadas pelo Estado desde 1948.

Existe no país um sistema de discriminação racial que domina absolutamente todos os destinos das vidas palestinos. O que se poderia dizer hoje de um país cuja política oficial foi a expropriação de terras dos judeus ou que simplesmente proibisse que algum judeu pudesse se assentar nele se por acaso casasse com uma não judia?

Obviamente, se diria que se trata de um flagrante caso de discriminação anti-semita e poderia ser comparado com o nazismo ou com o apartheid sul-africano. No entanto, esse critério é legal em Israel, através de uma série de instituições e leis que afetam apenas os habitantes não judeus.

A "lei de nacionalidade" estabelece claras diferenças na obtenção da cidadania para judeus e não judeus. Pela "lei de cidadania", nenhum cidadão israelense pode se casar com uma residente dos territórios ocupados. Caso isso aconteça, perde os direitos de cidadão israelense e a família, se não é separada, deve emigrar.

Pela "lei de retorno", qualquer judeu do mundo, se vai para o país, pode ser cidadão israelense e obter um sem-número de privilégios que os nativos não judeus não possuem. Mas os familiares dos palestinos do Estado de Israel que vivem no estrangeiro (muitos deles expulsos de suas terras na Palestina ou seus descendentes) não podem obter o mesmo benefício somente pelo fato de não serem judeus.

A "lei do ausente" permite a expropriação das terras que não tenham sido trabalhadas durante um tempo. Mas nunca foi expropriada a terra de um judeu. A maioria das expropriações realizou-se contra refugiados palestinos no exílio, palestinos habitantes de Israel e todo palestino que reside na margem ocidental do rio Jordão e tenha terras na área ampliada de Jerusalém.

A FALSA "DEMOCRACIA ISRAELENSE"

A imprensa ocidental, em especial os meios imperialistas, não se cansa de repetir que Israel é a "única democracia do Oriente Médio". No entanto, como se pode chamar "democracia" a um regime que persegue pessoas por sua raça e religião? Como pode ser chamado "democrático" um regime em que os habitantes originais expulsos em 1948 não têm direito de retornar a suas casas e terras os habitantes dos territórios ocupados em 1967 não têm nenhum direito civil?

Onde os poucos deputados de origem árabe não podem criticar o sionismo, sob a ameaça de longas penas de prisão, ou são obrigados a sair do país, como ocorreu com Azmi Bishara. Em que a pequena minoria de intelectuais judeus que questiona as mentiras sobre a origem de Israel, ou se opõem às atrocidades dos governos sionistas, é intimidada e impedida de realizar suas pesquisas, como ocorreu com Ilan Pappe, que abandonou Israel em 2007 para exercer a docência na Inglaterra, por causa da pressão que sofria na Universidade de Haifa e das ameaças de morte por parte de grupos sionistas. Em que o físico Mordechai Vanunu, pelo suposto "crime" de revelar a existência de armas nucleares secretas, foi seqüestrado na Europa e, depois de cumprir uma pena de mais de 20 anos de prisão, está proibido de sair do país e até de dar entrevistas.

Em qualquer país do mundo, essa realidade seria qualificada como uma atroz ditadura apenas disfarçada de "democracia" para os opressores sionistas, do mesmo modo que os brancos sul-africanos tinham "democracia" durante o apartheid.

Caixões são pintados com a bandeira palestina após ataque de soldados israelenses na faixa de Gaza

O GENOCÍDIO DOS PALESTINOS

Israel necessita exercer uma permanente violência contra a população dominada. Seu próprio caráter o leva a ser expansionista e a reprimir qualquer mínimo questionamento a sua natureza, nem desafios em suas fronteiras.

Por isso, Israel sempre praticou uma política de "limpeza étnica" dos palestinos, arrancando-os de suas terras ancestrais ou reprimindo com dureza tanto os que vivem dentro de suas fronteiras como nos territórios de Gaza e Cisjordânia.

Aproximadamente 11 mil presos políticos palestinos estão nas prisões sionistas, centenas deles são menores e mulheres. Uma delas acaba de dar à luz, algemada, na prisão, onde permanece com seu filho; 70 presos já cumpriram mais de vinte anos de cadeia. A tortura é praticada com autorização da justiça e os "assassinatos seletivos" de lutadores nos territórios são rotineiros.

A LIT-QI qualifica o Estado israelense como "nazista" porque, quando se persegue a um povo inteiro, com o objetivo de eliminar sua identidade, de transformá-lo em escravo ou expulsá-lo de sua terra, não há outra nome que expresse melhor essa essência política. A terrível contradição histórica é que são os descentes dos perseguidos na Europa pelo nazismo que agora aplicam esses mesmos métodos contra outro povo.

Sua população, educada para estar sempre a serviço do exército, aceita naturalmente, em espantosa maioria, essa realidade de agressões militares aos palestinos e aos povos árabes e essa política genocida, já que só a força das armas pode garantir a sobrevivência de Israel.

Gaza: território palestino independente

CRONOLOGIA

1948 - Expulsão com métodos terroristas de 800 mil palestinos. Guerra contra nações árabes

1956 - Guerra contra o Egito, que havia nacionalizado o canal de Suez (aliança secreta com França e Grã Bretanha)

1967 - "Guerra dos 6 dias" contra nações árabes: ocupação militar de Gaza, Cisjordânia, colinas do Golã (Síria) e península do Sinai (Egito)

1973 - "Guerra do Iom Kippur" contra nações árabes

1982 - Invasão e ocupação do sul do Líbano, Dderrotado depois de vários anos, Israel se retiraria "oficialmente" em 2000

1987-1989 - Repressão da Primeira Intifada (Gaza)

1991 - Ataque aéreo ao Iraque (Primeira Guerra do Golfo)

2000 - Repressão à Segunda Intifada (Gaza)

2006 - Segunda invasão do Líbano. Israel é derrotado pela resistência do Hizbollah

2006-2008 - Ameaça de "ataques aéreos relâmpagos" ao Irã

2007-2008 - Ataques militares e bloqueio a Gaza

A crescente dificuldade do imperialismo e Israel para derrotar a resistência palestina os levou a impulsionar, em 1993, os Acordos de Oslo. Neles, a organização Al Fatah e a OLP, até então direção indiscutível do povo palestino, reconheceram a existência do Estado de Israel e legalizaram sua usurpação da maioria do território palestino. Assim, abandonaram e traíram a luta de seu povo. Em troca, receberam a promessa de permitir no futuro um "Estado palestino" e a criação imediata, em Gaza e na Cisjordânia, da ANP (Autoridade Nacional Palestina). Tratava-se, na realidade, de pequenos territórios isolados, similares aos bantustões sul-africanos da época do apartheid.

Em 2006, a organização Hamas ganhou as eleições da ANP. Seu triunfo deveu-se a ter ainda em seu programa a proposta do fim do Estado de Israel e o chamado a lutar contra ele. A vitória eleitoral do Hamas pôs em crise a política dos Acordos de Oslo e mostrou o repúdio majoritário dos palestinos a eles. Também evidenciou o profundo desgaste da direção do Mahmud Abbas e Al Fatah, transformada agora em agente incondicional de Israel e o imperialismo.

Apesar das tentativas conciliadoras do Hamas, que chamou a formação de um "governo de unidade nacional" com a Al Fatah, em meados de 2007, a situação culminou em enfrentamentos abertos entre ambas as forças e um golpe de Estado organizado por Abbas para deslocar o Hamas e tomar o controle total do governo. A reação das massas de Gaza impulsionou o Hamas a expulsar desse território o aparato militar de Abbas e a polícia da Al Fatah. Foi um grande triunfo das massas palestinas, pois libertaram Gaza do controle de Israel e seus agentes, transformando-a, de fato, em um território palestino independente, ainda que em condições muito difíceis.

DERROTAR GAZA A QUALQUER PREÇO

Essa situação era totalmente intolerável para um Estado como Israel, que começou uma ação combinada de ataques militares para destruir sua infra-estrutura de geração de eletricidade e fornecimento de água, e depois com bombardeios sobre a população civil, e um bloqueio para impedir o ingresso de alimentos, medicamentos e combustíveis. Teriam que derrotar a qualquer custo a resistência do povo de Gaza e obrigá-lo a render-se.

A extrema crueldade dessa política israelense, seu bloqueio e seus ataques genocidas, não são mais que a continuidade dos numerosos crimes que os sionistas cometeram nos 60 anos de existência de Israel. Algo que recorda, em vários aspectos, o que os nazistas fizeram contra os judeus durante a II Guerra Mundial, especialmente na criação do Gueto de Varsóvia que, em 1943, se levantou contra a ocupação nazista. Inclusive, um ministro do governo israelense chegou a dizer em promover um "holocausto" em Gaza.

Mas se o levante do Gueto de Varsóvia foi violentamente abafado, a resistência das massas de Gaza se mantém com toda força. Meses atrás, chegaram a derrubar os muros de uma parte da fronteira com o Egito e obrigaram o governo deste país (a ditadura pró-imperialista de Hosni Mubarak), a deixar passar, por um tempo, a população palestina para que se abastecesse de comida e medicamentos. Ao mesmo tempo, essa resistência também mantém um ataque com mísseis caseiros sobre o território israelense e consegue enfrentar algumas incursões das forças militares sionistas.

Sessenta anos depois

A ÚNICA SOLUÇÃO segue sendo uma Palestina única, laica, democrática e não racista

A LIT-QI reivindica que a única solução real à situação de permanente conflito da região é a construção de uma Palestina laica, democrática e não racista, bandeira da fundação da OLP, nos anos 1970.

Nos opomos à proposta da ONU de "dois Estados", um judeu e outro palestino, reivindicada, por várias organizações de esquerda. Em primeiro lugar, tal "Estado palestino", limitado à Faixa de Gaza e a uma parte da Cisjordânia, não teria nenhuma possibilidade real de autonomia econômica ou política. A aceitação desse "mini-Estado" significaria negar o "direito de retorno" a sua pátria dos milhões de refugiados, já que suas casas e terras expropriadas permaneceriam em Israel. Do ponto de vista militar, esse pequeno Estado viveria rodeado de uma permanente ameaça de agressão por parte de um inimigo armado até os dentes.

A essa Palestina unida, laica, democrática e não racista, sem muros nem campos de concentração, poderiam retornar os milhões de refugiados expulsos de sua terra e recuperariam seus plenos direitos os milhões que permaneceram e hoje são oprimidos.

Também poderão permanecer nela todos os judeus que estejam dispostos a conviver com paz e com igualdade. Nesse sentido, chamamos os trabalhadores e o povo israelense a somar-se a essa luta contra o Estado racista e policial de Israel.

Mas a construção dessa Palestina unida, baseada na recuperação de seu território histórico, tem seu principal obstáculo na existência do Estado de Israel. Por isso, a LIT-QI afirma que não haverá paz no Oriente Médio nem uma verdadeira solução para o povo palestino até que se derrote definitivamente e destrua o Estado de Israel. Quer dizer, até que o câncer imperialista que corrói a região seja extirpado de modo definitivo. Qualquer outra solução significa a sobrevivência do "câncer" e a continuação de sua ação letal e destrutiva. Essa tarefa histórica, equivalente ao que foram a destruição do Estado nazista alemão ou do Estado do apartheid sul-africano, está hoje na ordem do dia.

Ao mesmo tempo, a LIT-QI afirma que a luta por uma Palestina laica, democrática e não racista é uma parte fundamental das lutas das massas árabes e um passo na construção de uma Federação Socialista das Repúblicas Árabes.

É possível derrotar Israel

Até alguns anos, a tarefa de derrotar Israel parecia impossível, depois de suas contundentes vitórias militares até 1973. Essa foi a desculpa que utilizaram muitos governos árabes e a direção da Al Fatah para justificar sua capitulação a Israel e a traição à causa palestina.

Sabemos que a luta contra uma usurpação colonial sempre é muito dura. Por exemplo, a independência da Argélia demandou anos de rebelião popular, ações guerrilheiras e uma campanha mundial de apoio para conseguir alcançar a vitória.

Mas a realidade mudou muito desde 1973: as duas intifadas palestinas e a retirada do Líbano, em 2000, foram os primeiros sintomas de sua fraqueza. De modo muito mais evidente, a derrota das tropas sionistas no Líbano frente à resistência encabeçada pelo Hizbollah, em 2006, pôs a derrota e o fim do Estado de Israel como uma tarefa possível e presente.

Ao mesmo tempo, a imagem mundial do sionismo como um movimento "progressista" e, inclusive, "socialista", parte-se em pedaços, mostrando seu verdadeiro caráter. A destruição causada no Líbano e a ação genocida em Gaza fizeram com que cada vez mais intelectuais e setores médios, que antes simpatizavam com Israel, agora o critiquem e denunciem com dureza. Isso permitiu campanhas de boicote muito fortes, como na Inglaterra, e ações bem sucedidas, na Espanha, contra concertos de músicos promovidos por Israel. O isolamento do sionismo é cada vez maior no mundo, especialmente nos setores operários e nos movimentos sociais.

Essa fraqueza, também se dá no marco de uma crescente crise da política de Bush na região (a "guerra contra o terror"), causada pelas guerras no Iraque e Afeganistão, profundamente questionadas dentro dos EUA. Israel é uma peça chave do dispositivo imperialista no Oriente Médio e, como tal, será defendido até as últimas instâncias pelos EUA. Mas essa situação de conjunto abre um novo momento na região, inclusive no terreno militar.

Uma fraqueza que também se expressou na reação da população israelense e a profunda crise política que se abriu no país. Pela primeira vez, o exército sionista saiu claramente derrotado e desgastado por seu fracasso, pondo em dúvida sua fama de "invencível".

O apoio da população egípcia aos palestinos que buscavam abastecer-se e a impossibilidade do exército egípcio de reprimi-los; a utilização de táticas e armas como as usadas com êxito pelo Hizbollah no Líbano, por parte dos grupos da resistência palestina em Gaza, mostram que a situação torna-se mais aguda em toda a região.

Esses fatos colocam como possível a tarefa histórica de derrotar o Estado racista de Israel, 60 anos após sua criação. A condição para isso é o desenvolvimento de uma luta política e militar unificada do povo palestino e do conjunto das massas árabes e muçulmanas. A LIT-QI compromete todas as suas forças em apoio a essa a essa tarefa.

Dirceu durante a greve de 2004

PELA IMEDIATA READMISSÃO DE DIRCEU TRAVESSO

BANCO NOSSA CAIXA E GOVERNO SERRA demitem dirigente sindical

DA REDAÇÃO

Dirceu Travesso, dirigente da Conlutas e militante histórico da categoria bancária, foi demitido do banco Nossa Caixa no dia 8 de maio, sem justa causa ou justificativa. Este é, sem dúvida, um grande ataque contra a organização sindical dos trabalhadores do país, e acontece após a legalização das centrais sindicais, no dia 31 de março.

Dirceu é uma liderança nacional, um dos principais dirigentes da luta dos trabalhadores do país. Foi diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, ajudou a fundar e fez parte da executiva nacional da CUT. Atualmente, é dirigente da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e do Movimento Nacional de Oposição Bancária.

Mais do que sua trajetória sindical, Dirceu é reconhecido pela sua presença na luta. É raro encontrar um ativista ou militante de São Paulo que não o conheça. Que não o tenha visto discursar nos atos do 1º de Maio ou nos protestos contra a ocupação no Iraque. Que não tenha esbarrado com ele nos piquetes das greves bancárias, seja a histórica, de 1985, ou a de 2004, quando uma rebelião tomou conta do país. Não é preciso ser bancário. Professores, funcionários dos Correios, da Justiça, sem-tetos, estudantes e tantos outros conhecem Dirceu de suas lutas. É essa história que agora o governo Serra e a direção do banco têm a ousadia de atacar.

PREPARANDO A PRIVATIZAÇÃO

A demissão é parte do processo de privatização do banco, levado por Serra. Neste momento a diretoria está buscando demitir os funcionários já aposentados, sem garantir novas contratações.

Demitir Dirceu Travesso é uma tentativa de enfraquecer qualquer tentativa de luta contra as demissões e os planos do governo de privatizar o banco e as estatais paulistas, como a Cesp, o Metrô, a Sabesp, a CMTU, o CDHU e o IPT, entre outros. Funcionário do banco desde 1984, Dirceu tem uma longa história de luta em defesa da Nossa Caixa como banco público e em defesa dos direitos dos funcionários.

ATAQUE À OPOSIÇÃO BANCÁRIA E À CONLUTAS

A demissão ocorreu a 10 dias do término da inscrição das chapas para o Sindicato dos Bancários. Na última eleição, em 2005, Dirceu encabeçou a chapa da oposição. Com a demissão, o banco tenta inviabilizar a candidatura de Dirceu, enfraquecer a resistência dos bancários, atacar uma alternativa independente e impedir o direito democrático da categoria de escolher livremente seus representantes.

Há algumas semanas, a Conlutas solicitou à direção do banco a liberação de Dirceu Travesso, para que pudesse atuar na construção desta entidade nacional dos trabalhadores, do movimento popular e da juventude. A Conlutas enviou ofícios em abril e no dia 6 de maio solicitando a liberação, apoiada na legalização das centrais. A resposta do governo Serra, dois dias depois, veio desta forma. Em vez de respeitar o direito democrático e a organização sindical, simplesmente demitiu Dirceu Travesso.

O ataque é também ao PSTU, partido do qual Dirceu é um dos fundadores e dirigente. Pelo partido, foi candidato ao governo de São Paulo em 2002, a vereador em 2004 e à deputado federal em 2006, sempre com críticas às gestões privatizantes no banco.

Solidariedade para barrar a demissão

Dezenas de entidades de todo o país já se pronunciaram

As reações contra a demissão de Dirceu Travesso foram imediatas. De todos os cantos do país, chegam mensagens indignadas, diante do desrespeito do governo Serra. A maioria não vem de entidades ou sindicatos, mas de ativistas e amigos, que conhecem a sua trajetória e prestam apoio neste momento.

Bancários da Nossa Caixa, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e de tantos outros bancos, escreveram e telefonaram, assim que leram a notícia. As oposições bancárias de outros estados, como Ceará, Rio de Janeiro, Bahia e Distrito Federal enviaram mensagens, assim como os sindicatos de Bauru (SP), do Maranhão e do Rio Grande do Norte e a Federação dos Funcionários da Caixa Federal.

A solidariedade da categoria foi muito além dos ativistas da Conlutas. No dia da demissão, o Comando Nacional dos Bancários, que prepara a campanha salarial unificada, aprovou uma resolução contrária. A nota é assinada pela Conlutas, Intersindical, CUT, UGT e CTB, presentes na reunião. O Sindicato dos Bancários de São Paulo, ao qual Dirceu faz oposição, também manifestou solidariedade e encaminhou diversos documentos à direção da Nossa Caixa.

Dirceu recebeu mensagens dos comitês de Solidariedade ao Povo Palestino (RJ) e de Solidariedade aos Povos Árabes (SP), com o qual participou dos protestos contra a invasão de Israel no Líbano, em 2006. Também chegaram o apoio da Pastoral Operária-SP, do Jubileu Sul Brasil, da Conlute e da Executiva Nacional de Estudantes de Filosofia, dos professores de Itajaí (SC), dos sindicatos dos advogados e dos servidores públicos federais de São Paulo, entre tantos outros.

A campanha também tem chegado até à direção do banco e ao governo, com os protestos do funcionário da Nossa Caixa e deputado estadual Davi Zaia (PPS) e do deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP). E começam a chegar cartas de outros países, como a dos comerciários de Rosario, na Argentina.

Muitas mensagens, como a da Liga Estratégia Revolucionária (LER-QI), mostram ainda a disposição de participar de ações conjuntas pela readmissão de Dirceu. A primeira atividade da campanha ocorre nesta quarta-feira, dia 14 de maio, com um grande ato em frente à agência da Nossa Caixa, na rua XV de Novembro, no Centro, e com panfletagem nos bancos.

Os militantes do PSTU não medirão esforços contra esse ataque. O partido também faz um chamado a todas as organizações que defendem o livre direito de organização e a todos os que conhecem a trajetória de luta de Dirceu a exigir a sua imediata reintegração. Somente com uma forte campanha, apoiada na luta, poderemos barrar este ataque.

ESCREVA PARA
Banco Nossa Caixa S/A
• Diretor-Presidente
Milton Luiz de Melo Santos
Fax: (0xx11) 3244-6663
presidência@nossacaixa.com.br
• Diretoria de Gestão de Pessoas
dgp@nossacaixa.com.br
• Governador José Serra
(0xx11) 2193-8621 (FAX)
governador@sp.gov.br
Com cópia para
secretaria@conlutas.org.br
Ou acesse *www.pstu.org.br*

MEMBRO DE CIPA É DEMITIDO EM GUARULHOS

No dia 7 de maio, José Adelmo Leite, funcionário da Fundação para o Remédio Popular (Furp) há oito anos, foi demitido por justa causa. O motivo: socorrer uma companheira de trabalho que passava mal e chorava de dor. Adelmo, eleito para a CIPA, sempre zelou pela segurança e saúde dos seus companheiros de trabalho. O fato está gerando uma enorme revolta entre os trabalhadores, que não entendem porque ele está sendo demitido. A atitude da empresa é uma perseguição política a um trabalhador que cumpre um mandato da Cipa.

Exigimos a imediata reintegração do companheiro Adelmo!

Escreva para:
Superintendência da Furp.
Ricardo Oliva
superintendencia@furp.sp.gov.br
Cópia para *dosedeluta@ig.com.br*